



COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS
Av. Durval de Góes Monteiro, s/n - Anexo B, - Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió/AL, CEP 57.052-000
Telefone: (82) 3315-8300 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.imprensaoficialal.com.br>

CONTRATO Nº 02/2025

Processo nº E:52530.0000000107/2025

TERMO DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o n.º04.308.836/0001-09, situada na na Av. Fernandes Lima, s/nº - Gruta de Lourdes – Maceió/AL - CEP 57052-000, neste ato representado por seu **Diretor Presidente, Mauricio Cavalcante Bugarim**, inscrito no CPF sob o n.º678.444.644-53; e por seu **Diretor Administrativo e Financeiro, Sidney Bueno dos Santos**, inscrito no CPF sob o n.º046.992.514-04.

Contratado: MAURICIO AVILA LIMA SEIXAS, brasileiro, solteiro, nascido no dia 31 de Julho de 1989, portador do RG de nº 1406267350 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 038.703.205-32, residente e domiciliado no Conjunto Jardim Vaticano, 01, Ap. 701, Bairro Mangabeiras, Maceió/AL CEP57037-570. Único sócio da sociedade denominada M S EMPREENDIMENTOS LTDA, com sede na Rua Dr. José Julio Sauher, 160, Bairro Ponta Verde, Maceió/AL CEP- 57035-390, inscrita no CNPJ sob nº 50.825.675/0001-48As partes firmam o presente contrato de prestação de serviços em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas, nos termos das cláusulas a seguir:

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços continuados para o desenvolvimento e execução de um projeto editorial sobre os ex-governadores de Alagoas, com o objetivo de trazer aos alagoanos dados históricos sobre a vida, trajetória, atuação política e fatos relevantes dos governadores que lideraram o estado durante o período da **Quinta República Brasileira**, compreendido entre os anos de **1964 a 1985**. O projeto destacará a importância de cada um desses líderes para o desenvolvimento político, social e econômico de Alagoas, contextualizando suas gestões no cenário nacional e suas contribuições para a história do estado.

1.2. O trabalho abará o registro histórico das gestões dos seguintes governadores que estiveram à frente do estado nesse período: **João José Batista Tubino, Antonio Simeão Lamenha Filho, Afrânio Lages, Divaldo Suruagy, Geraldo Mello, Guilherme Palmeira e Teobaldo Vasconcelos**. Serão

analisados e apresentados os principais marcos políticos, sociais e econômicos de suas administrações, com foco em compreender como cada liderança influenciou o progresso e a consolidação de Alagoas no contexto da Quinta República.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. 2.1. Da necessidade da contratação:

2.2. A produção de editoriais que buscam a promoção do estado com ênfase na história política de Alagoas, levando ao alagoano o que há de melhor durante os 21 anos pela passagem desses gestores, que ocuparam para o maior cargo político de Alagoas.

2.3. A importância do editorial reside no fato de deixar registrado o que aconteceu em Alagoas ao longo de todos esses anos, não apenas para os pesquisadores, mas também para a população, que precisa conhecer a sua própria história.

2.4. Por sua relevância, com essa publicação, estaremos contribuindo para democratizar e socializar conhecimentos políticos e administrativo da terra dos Marechais. Indubitavelmente, essa revista será um legado importante para que as gerações atuais e futuras conheçam nossa história e a partir dela fomentem seus conhecimentos.

2.5. Além disso, esse projeto tem como finalidade apresentar dados, relatos e informações com base nos registros das referidas administrações, destacando a importância de cada um dos líderes para o desenvolvimento político, social e econômico do estado de Alagoas.

2.6. Por fim, a obra entrega aos alagoanos parte significativa de uma história política e administrativa, tendo como protagonistas os governantes de Alagoas, abordando aspectos políticos, sociais e econômicos, além do legado deixado e o impacto disso na história do estado.

3. VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de necessidade, devidamente justificada.

4. PREÇO

4.1. O valor mensal da contratação é R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais), totalizando o valor de R\$ 229.200,00 (Duzentos e vinte e nove mil e duzentos reais) - anual;

4.2. No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e / ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da contratação;

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da CEPAL, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Gestão / Unidade: 52530;

Grupo de Despesas: 6. - Custos Operacionais Totais / 6.2.00 - Custo Operacional de Manutenção;

Elemento de despesa: - 6.3.00.00.055 - Serviços Prestados Pessoa Jurídica

Fonte: 6.1 - Recursos Próprios

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos são aquelas previstas na Lei n.º 13.303/16.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Trata-se de serviço indispensável à satisfação da necessidade da CEPAL, no qual, objetiva o cumprimento eficiente da atividade finalística da empresa, fundamentado nos termos do inciso I, § 3º, do art. 28 Lei Federal 13.303/2016.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**8.1. São obrigações da Contratante:**

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

8.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.8. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.9. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.10. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.11. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

8.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

- 8.14. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria da CMM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.15. Arquivar, entre outros documentos, projetos, *as built*, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.16. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 8.17. **São obrigações da Contratada:**
- 8.18. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.19. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.20. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado de Alagoas ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.22. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 8.25. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 8.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

- 8.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como
- 8.33. os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 8.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.35. Assegurar à Contratante:
- 8.36. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 8.37. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

9. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1. Comete infração administrativa a Contratada que:
- 9.2. Não entregar a documentação exigida no Termo de Referência;
- 9.3. Apresentar documentação falsa;
- 9.4. Causar o atraso na execução do objeto;
- 9.5. Não mantiver a proposta;
- 9.6. Falhar na execução do contrato;
- 9.7. Fraudar a execução do contrato;
- 9.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.9. Declarar informações falsas; e
- 9.10. Cometer fraude fiscal.
- 9.11. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual:

- 9.12. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos e multa.
- 9.13. A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 9.14. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 9.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 9.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado de Alagoas ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 9.17. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Decreto nº 68.119, de 2019, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.
- 9.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.
- 9.19. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS.

10. **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. **Formato da produção:**

10.2. Para a construção dessa coletânea estruturamos a metodologia em três etapas, a fim de organizar e desenvolver da melhor forma:

10.3. Pesquisa e coleta de informações: Inicialmente, faremos uma pesquisa abrangente sobre os governadores de Alagoas que assumiram durante a Sexta República. A busca por informações envolverá fontes históricas, livros, artigos acadêmicos, documentos oficiais, entrevistas e relatos de pessoas envolvidas na política local. Além de coletar dados biográficos, realizações e impactos dos governadores para garantir uma abordagem completa da história;

10.4. Análise e organização dos dados: Após a coleta das informações, faremos uma análise criteriosa das mesmas no sentido de identificar os principais pontos em comum e as diferenças entre os governadores, bem como analisar seu legado e impacto no desenvolvimento de Alagoas. Tudo em uma estrutura cronológica para organizar os dados e facilitar a compreensão e fluidez do livro;

10.5. Escrita e revisão do livro: Com os dados e informações coletados e organizados, iniciaremos a redação do livro. O desenvolvimento contará com uma comunicação clara e objetiva, garantindo que o conteúdo seja acessível a um público amplo. Iniciaremos tendo em vista a linha do tempo mais recente para até chegarmos na mais distante, ou seja, começando a partir do governo Renan Filho e seguindo por Teotônio Vilela, Luís Abílio, Ronaldo Lessa, Manoel Gomes de Barros, Divaldo Suruagy, Geraldo Bulhões, Moacir Andrade e Fernando Collor, até José de Medeiros Tavares;

10.6. O projeto compreende o período de 12 meses, sendo o primeiro mês destinado a pesquisa e coleta de informações e depoimentos. A partir do terceiro mês será entregue um livro a cada 30 dias, iniciando do governador mais recente para o mais antigo, a fim de se ter mais tempo de coletar as informações dos líderes mais antigos.

10.6.1. **Estrutura de produção:**

10.6.2. Para a garantia da qualidade da produção do conteúdo, o trabalho deverá contar minimamente com a produção de 1 jornalista dedicado às entrevistas, à pesquisa histórica e fotográfica e à produção de textos, além de 1 profissional de design para o projeto gráfico; 1 editor para todas as publicações e revisão de texto.

10.6.3. Em formato digital, os perfis serão lançados em arquivos PDF, contendo:

- 10.6.4. entre 8 e 20 páginas / cada;
- tratamento de fotos PB ou coloridas;
- formato A4 (para facilitar eventuais projetos de impressão no futuro);

Da divulgação:

O conteúdo a ser produzido no âmbito desse contrato dependerá ainda de ações de difusão, por meio de esforços de comunicação a serem conduzidas diretamente ou indiretamente pela Contratada.

11. **VEDAÇÕES**

11.0.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

11.0.2. É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

12. **DO REAJUSTE**

12.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. **CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições da Lei n.º 13.303/16 e RIILC da CEPAL.

14. **FORO**

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato será o de Maceió/AL.

Para firmeza da validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado de ordem, vai assinado pelos contratantes.

Maceió/AL, 29 de janeiro de 2025.

Contratante

Diretor Presidente

Contratante

Diretor Administrativo e Financeiro



Contratado

MAURICIO AVILA LIMA SEIXAS

Testemunha

CPF

Testemunha

CPF

Referência: Processo nº E:52530.0000000107/2025




SEI nº 30149857

Página de assinaturas



Mauricio Seixas
038.703.205-32
Signatário

HISTÓRICO

- 30 jan 2025**
13:25:52  **Natanael Sousa Gomes Araujo** criou este documento. (Email: natanaelsousa456098@gmail.com, CPF: 129.895.524-64)
- 30 jan 2025**
13:28:56  **Mauricio Avila Lima Seixas** (Email: mauricioseixas09@hotmail.com, CPF: 038.703.205-32) visualizou este documento por meio do IP 187.65.18.42 localizado em Maceió - Alagoas - Brazil
- 30 jan 2025**
13:28:56  **Mauricio Avila Lima Seixas** (Email: mauricioseixas09@hotmail.com, CPF: 038.703.205-32) assinou este documento por meio do IP 187.65.18.42 localizado em Maceió - Alagoas - Brazil

